



DIAGNÓSTICO SOCIAL 2024

CONCELHO DE ODIVELAS

SUMÁRIO EXECUTIVO



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL



1. INTRODUÇÃO

O Município de Odivelas e o CLASO decidiram atualizar/elaborar o **Diagnóstico Social (DS)**, o **Plano de Desenvolvimento Social (PDS)** e o **Plano de Ação para 2025**. Sinteticamente, com estes instrumentos estratégicos e de planeamento social procura-se estabelecer um retrato comum da situação social concelhia que permita identificar prioridades de intervenção. O DS é a base para a construção do PDS, que inclui os objetivos e estratégias de intervenção para um quadro temporal alargado (de três anos) e planeadas as formas de operacionalização tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto (planos de ação anuais). A atualização destes instrumentos é fundamental para garantir maior eficácia nas respostas e uma melhor coordenação das intervenções no Concelho.

O presente documento é o **Sumário Executivo do Diagnóstico Social 2024**, que, por sua vez, corresponde à atualização do anterior DS do Concelho de Odivelas, datado de 2017. O DS resulta de um processo que contou com o envolvimento ativo das entidades sociais, e que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social, através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais¹. Deste modo, o DS proporciona uma base de fundamentação atualizada, que deverá guiar a intervenção local no âmbito da Rede Social.

A atualização do DS implicou uma reestruturação do documento anterior e, sempre que possível e justificável, o aprofundamento da análise. As análises documental e dos dados estatísticos oficiais mais recentes foi complementada e aprofundada com a recolha direta de informação, por via de um questionário online, disponibilizado pelo Município às entidades com atuação no domínio social. Este questionário esteve disponível para preenchimento entre o dia 16 de julho de 2024 e o dia 28 de agosto de 2024, e registou uma elevada adesão (83 respostas, que englobam a perspetiva de 72 entidades²). A informação da **Carta Social** do Instituto da Segurança Social (ISS) e a informação do Município relativa a equipamentos e respetivas respostas sociais foram igualmente fontes de informação relevantes.

¹ De acordo com o artigo 35.º do Decreto-Lei (DL) nº 115/2006 de 14 de junho, que regulamenta a Rede Social, e indica ainda que “o DS é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros (...)”.

² A CMO foi responsável por 12 respostas, uma vez que vários serviços municipais responderam de forma independente.

O DS 2024 estrutura-se em 4 capítulos:

Capítulo 1. Com um carácter introdutório, contextualiza o trabalho e os seus objetivos, aborda questões metodológicas e apresenta o quadro de políticas de âmbito social (de macroescala e local) em vigor e com relevância para o exercício em curso.

Capítulo 2. Desenvolve um diagnóstico de contexto do Concelho que abarca vários domínios: enquadramento territorial, demografia, educação e socioeconomia, habitação, saúde e bem-estar e apoio a grupos populacionais específicos. Estas análises de contexto suportaram-se nas estatísticas oficiais mais recentes e na análise dos documentos disponíveis.

Capítulo 3. Inclui a caracterização dos equipamentos e respostas sociais, a partir dos grupos alvo e de acordo com a nomenclatura das Respostas Sociais da Direção Geral da Segurança Social, em articulação com a Carta Social do ISS. Resulta numa análise combinada da informação que consta na Carta Social, atualizada pela informação disponibilizada pelo Município e recolhida via questionário.

Capítulo 4. Identifica e sintetiza os principais problemas e vulnerabilidades sociais no concelho de Odivelas, incluindo uma análise setorial e por freguesia, com base na perceção das entidades sociais que responderam ao questionário.

2. CONTEXTO TERRITORIAL E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÓMICAS

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Odivelas organiza-se administrativamente numa freguesia e em três uniões de freguesia (UF). É um território metropolitano, integrado na primeira coroa da cidade de Lisboa, com uma intensa capacidade de atração, um forte carácter urbano e uma elevada densidade de ocupação.

Odivelas na Área Metropolitana de Lisboa



Território

1% da superfície da
AML



População

5% da população
residente

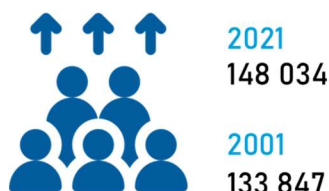
O território foi alvo de um processo de ocupação rápido e muitas vezes desregulado: cerca de ¼ da superfície total do Concelho encontra-se em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), com ou sem processo de reconversão concluído. Atualmente, o Concelho apresenta uma ocupação urbana diversificada, que inclui áreas consolidadas de maior densidade e urbanidade, áreas com características comparativamente mais rurais, áreas urbanas de ocupação extensiva de baixa densidade e áreas de ocupação desordenada, com tecido urbano desqualificado e concentração de populações socialmente desfavorecidas. Os diferentes territórios tenderão a possuir diferentes problemáticas e vulnerabilidades sociais, ou distintas expressões dos mesmos problemas.

Em termos de acessibilidades, Odivelas possui uma localização geoestratégica na AML, sendo servido por eixos viários estruturantes e registando intensos movimentos pendulares de população. O projeto de expansão do metropolitano de Lisboa deverá criar 7 novas estações no setor nascente do Concelho, aumentando significativamente as áreas servidas por este modo de transporte. Alguns dos eixos viários que servem o Concelho, embora potenciem a sua integração na AML, pelas suas características, criam barreiras internas entre tecidos urbanos, isolando algumas localidades.

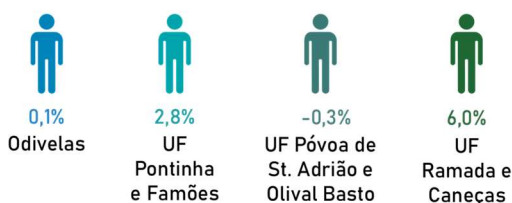
2.2. DEMOGRAFIA

A partir da última metade do século XX, Odivelas foi alvo de um forte aumento populacional que, contrariamente à generalidade dos municípios portugueses, se estende à atualidade, registando ainda taxas de crescimento natural e migratório positivas. Apenas a UF da Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto perdeu população, nos últimos Censos, mas mesmo aqui, verificou-se um aumento do número de agregados residentes.

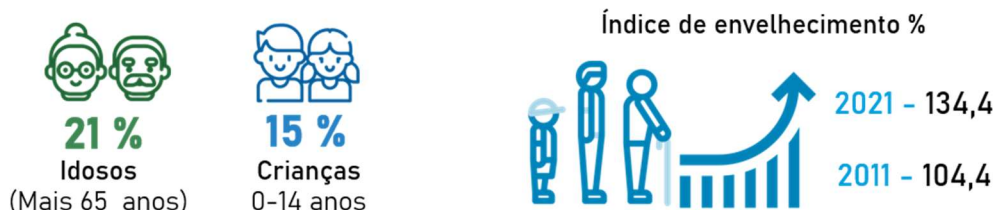
Evolução da população residente no concelho de Odivelas



Todas as freguesias com aumentos de população, excepto UF Póvoa de St. Adrião e Olival Basto



Apesar de ser, no contexto nacional e regional, um concelho jovem, o aumento da população com 65 ou mais anos e o menor crescimento das faixas etárias mais jovens, traduzem-se numa tendência de envelhecimento demográfico. Perspetiva-se a manutenção das dinâmicas de crescimento populacional (embora mais contido), mas também de envelhecimento.

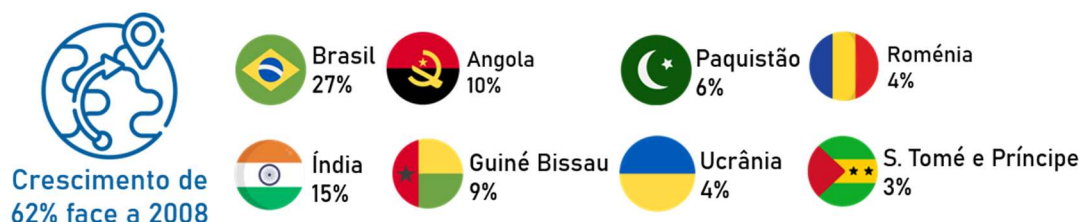


Detetam-se alterações na dimensão e composição das famílias, que se tornaram tendencialmente menores, com mais idosos e com maior proporção de famílias monoparentais (em especial femininas). Os agregados unipessoais foram aqueles que registaram um aumento mais expressivo (+19%) e, em 2021, correspondiam a cerca de 1/4 dos agregados domésticos privados. Entre estes, os agregados unipessoais constituídos por pessoas idosas carecem de particular atenção.



Simultaneamente, houve um aumento expressivo da proporção de população estrangeira, na última década, sendo o real quantitativo superior ao das estatísticas oficiais. Há hoje uma grande diversidade de nacionalidades representadas, tendo, nos últimos anos, aumentado fortemente a população do Sudeste Asiático (tendencialmente masculina), do Brasil (a nacionalidade mais numerosa) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A população estrangeira é um grupo particularmente vulnerável a problemas de habitação, educação, emprego e discriminação, sendo de destacar a relevância das situações de permanência indocumentada.

Aumento e diversificação das origens da população estrangeira



Em síntese, o contexto demográfico possui indicadores que evidenciam um quadro potenciador de situações de fragilidade e de exclusão social (individual e familiar). Entre os grupos vulneráveis, destacam-se os idosos que vivem sós, as famílias monoparentais e a população estrangeira.

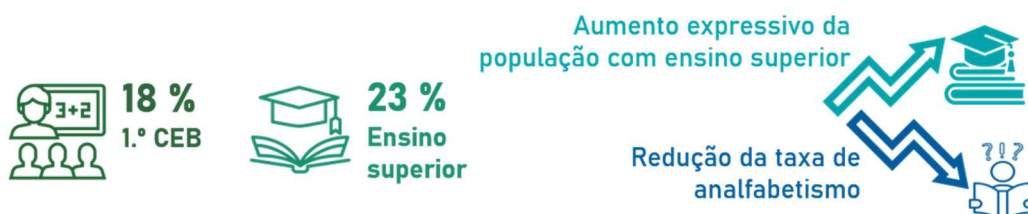
2.3. EDUCAÇÃO E SOCIOECONOMIA

A rede educativa pública é composta por 8 Agrupamentos de Escola e 2 escolas não agrupadas, com oferta que se estende do pré-escolar ao ensino secundário, e inclui cursos profissionais. Existem serviços especiais e unidades especializadas para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A redução da oferta de cursos profissionais pode potenciar o abandono escolar.



Houve progressão nos níveis de escolaridade da população residente, com aumento da proporção de população com ensino superior e diminuição dos níveis de escolaridade mais reduzidos, no entanto, o perfil de escolaridade da população residente no concelho é menos qualificado do que o da Grande Lisboa. A freguesia de Odivelas e a UF de Ramada e Caneças apresentam um perfil de população mais escolarizada.

Perfil pouco escolarizado, apesar do aumento da instrução da população



O número de alunos matriculados nos estabelecimentos escolares públicos tem aumentado gradualmente. A comunidade escolar recebeu um crescente número de alunos com naturalidade estrangeira, o que coloca desafios adicionais às escolas no acompanhamento e integração destas crianças, em particular se atendermos à elevada diversidade de nacionalidades.



Ano letivo 2023/2024
4 209 alunos
nacionalidade estrangeira
(22% dos alunos matriculados)



**Nº de alunos estrangeiros
aumentou 38%**
(entre 2019 e 2024)

Apesar do desenvolvimento e alargamento da rede da educação pré-escolar pública no Concelho, reduzindo défices de cobertura e desigualdades no acesso, a maioria dos alunos matriculados em escolas privadas frequentavam a educação pré-escolar, o que aponta para a persistência de limitações na oferta pública. A taxa bruta de pré-escolarização no Concelho continua a ser muito inferior à da AML.

Aumento da taxa bruta de escolarização



Pré-escolar
Taxa bruta de
escolarização
reduzida



**Baixa oferta de
educação pré-escolar
pública**

Em linha com a tendência nacional e regional, os indicadores de insucesso escolar estão em diminuição, mas são ainda significativamente superiores aos registados nestas escalas de análise comparativa. Apesar de haver uma tendência de diminuição, cerca de 1/3 dos alunos matriculados nas escolas públicas estão abrangidos pela Ação Social Escolar (ASE) (no pré-escolar, são mais de metade), o que aponta para um quadro de baixos rendimentos das famílias, um facto que, por sua vez, condiciona o sucesso escolar das crianças e jovens. Estes indicadores reforçam a importância do investimento na promoção do sucesso escolar.

Níveis elevados de insucesso escolar e alunos com ação social escolar



**Redução da taxa de
retenção e desistência
mas em níveis superiores
às da AML e País**



**Redução do número
de beneficiários ASE**
35 % Alunos do concelho com ASE
Mais de 50% dos alunos do pré-
escolar



Detetam-se indícios de algum dinamismo económico e capacidade de atração empresarial, mas ainda com pouca relevância no contexto metropolitano. A densidade de estabelecimentos empresariais é elevada, mas os níveis de riqueza gerada são inferiores ao contexto regional.

Nível de riqueza gerado pelas empresas reduzido

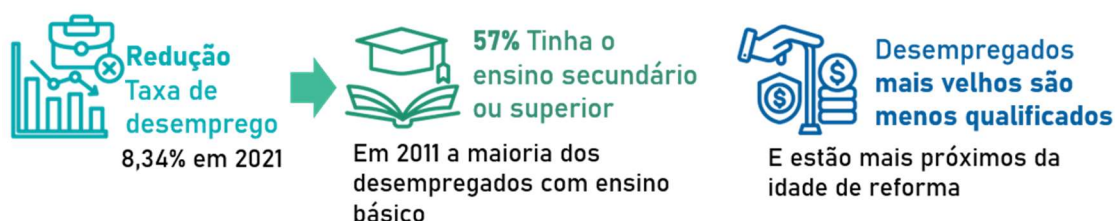


A população residente em Odivelas trabalha maioritariamente fora do concelho, refletindo uma forte dependência do exterior em termos de emprego. O emprego no Concelho é fortemente terceirizado e pouco escolarizado.

Empregados no Concelho



A taxa de atividade em Odivelas, em 2021, era superior à metropolitana, mas apresenta uma tendência de redução, em linha com o envelhecimento da população. Observa-se, igualmente, uma redução da taxa de desemprego no concelho, sendo a maioria dos desempregados mulheres e jovens entre 15 e 29 anos, e possuindo a maioria ensino secundário ou superior. O aumento das qualificações dos desempregados está associado ao aumento das qualificações gerais da população e à reforma de pessoas mais velhas e menos qualificadas.



Os rendimentos no Concelho (auferidos pelos trabalhadores, declarados por habitante e por agregado fiscal, e provenientes de prestações sociais), apesar de registarem uma evolução positiva, são inferiores aos da região metropolitana. O poder de compra *per capita* é reduzido, sendo inclusivamente inferior ao do País, revelando assim um quadro potencial de maior vulnerabilidade e carência da população.

Aumento dos rendimentos, mas poder de compra *per capita* ainda muito reduzido



**Aumento do Ganho
médio mensal**

1.045,5 € em 2021



**Poder de Compra
Diminuiu até 2019**

Aumento em 2021, mas
muito inferior ao da AML

Em resultado do envelhecimento da população, tem-se registado um aumento do número de pensionistas, sendo o valor médio das pensões auferidas reduzido (6.380€ por ano, nas pensões de velhice), o que se traduzirá num número significativo de pensionistas a viver com rendimentos iguais ou inferiores ao limiar de risco de pobreza. Saliente-se, igualmente, a significativa representatividade de apoios sociais (Rendimento Social de Inserção (RSI), abono de família para crianças e jovens, Garantia para a Infância) que revelam a existência de um elevado número de pessoas em situação de carência e vulnerabilidade social, em grupos sociais distintos e com problemáticas diversas. Detetou-se um aumento gradual dos beneficiários do RSI (ainda que de 2022 para 2023 tenha decrescido para valores anteriores a 2019), tendo a maior parte destes menos de 25 anos.



**Aumento gradual e
consecutivo do número
de pensionistas**

Principalmente pensão de
velhice



**RSI menos 90 beneficiários
que em 2019**

47% dos beneficiários têm
menos de 25 anos

2.4. HABITAÇÃO

Num contexto de dinamismo demográfico e elevada pressão sobre o mercado habitacional, os problemas habitacionais afetam um número crescente de famílias, com distintos perfis, quer entre a população mais desfavorecida, quer entre a população com rendimentos intermédios, incluindo os jovens em início de vida e aqueles que precisam de encontrar novas habitações.

Existindo dinâmicas intensas de procura por habitação, a oferta de fogos vagos no Concelho é relativamente limitada: apenas 4% do total de alojamentos familiares se encontrava no mercado imobiliário para venda ou arrendamento, enquanto 4,7% encontrava-se vago por outros motivos. O mercado de arrendamento tem uma reduzida expressão na maior parte do Concelho. Identificam-se alguns locais com concentração de edifícios com necessidades de reparação, onde reside população com escassos recursos económicos.

Há uma maior proporção de situações de sobrelotação no Concelho do que na AML (com maior concentração nas UF de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e de Pontinha e Famões), no entanto, mais de metade dos alojamentos familiares de residência habitual estão sublotados. Estas últimas situações estão frequentemente associadas ao envelhecimento da população e à recomposição familiar na sequência da emancipação dos filhos, podendo indiciar problemas de isolamento social entre a população idosa.



Alojamentos familiares clássicos

16,2 % sobrelotados
54,5 % sublotados



Habitações com grandes
necessidades de reparação
**Vertente Nascente e Sul,
Pontinha, e Olival de Basto**

O aumento exponencial dos custos de acesso à habitação, mais acentuado na aquisição, mas também muito relevante no mercado de arrendamento, não foi acompanhado por um aumento equivalente, ou sequer aproximado, dos rendimentos das famílias. Este fenómeno traduz-se numa perda crescente do poder de compra (que, como antes mencionado, é limitado) e no aumento expressivo das taxas de esforço das famílias, a níveis muito superiores aos recomendados (máximo 35%). As dificuldades não se prendem apenas com os custos com hipotecas e rendas, mas também com a capacidade de garantir a adequada manutenção e níveis de conforto das habitações (p.e. suportar os consumos de energia ou obras de reparação).

Crescimento significativo da taxa de esforço das famílias



Pagam rendas/prestações
superiores a 400€
Proprietários - 38,2%
Arrendatários - 40,7%



O valor mediano das rendas
aumentou 37%
Rendimentos do agregado fiscal
cresceram apenas 7%

As dificuldades no acesso à habitação são também particularmente gravosas quando cumulativas com problemas sociais diversos, como dependências, saúde mental e física, ou violência doméstica. Do ponto de vista territorial, as situações críticas incluem núcleos de barracas e outros assentamentos precários, ocupações de génese ilegal em áreas de instabilidade de vertentes e de risco de cheias, e situações de desqualificação acentuada em núcleos ou bairros de promoção pública. A real quantificação das necessidades habitacionais é difícil devido à informalidade e irregularidade de muitas situações.

Crescente número de pessoas em situações habitacionais indignas



1 309 agregados familiares em condições habitacionais indignas
3 729 pessoas



11 núcleos de alojamento precário
132 agregados familiares
Setor nascente (UF de Póvoa de St. Adrião e Olival Basto, e Ramada) e sul do Concelho (Pontinha e zona da Urmeira)



897 famílias em casas próprias sem condições adequadas

Sem capacidade financeira para realizar intervenções

Devido a estas dificuldades, em alguns dos territórios críticos (p.e. nas vertentes), tem-se registado uma densificação da ocupação, aumentando o número de situações de sobreocupação, com coabitação de várias famílias ou agregados unipessoais.

Apesar de existir oferta de habitação pública (cerca de 5 centenas de fogos são propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e mais de 4 centenas são municipais), esta encontra-se tendencialmente ocupada e, em algumas situações, carece de reabilitação. São o caso dos fogos do IHRU ou do Bairro Olival do Pancas. A oferta pública de habitação está subdimensionada face à procura por habitação em regime de renda apoiada, representando apenas 1,3% do total de alojamentos familiares clássicos no Concelho. Em breve, será requalificada e reforçada em mais 160 fogos, por via do 1º Direito/PRR.

2.5. SAÚDE E BEM-ESTAR

O rácio de profissionais de saúde tem vindo a aumentar no Concelho, no entanto, é mais desfavorável do que nas restantes escalas de comparação (País e Grande Lisboa). Embora a presença de serviços e profissionais de saúde seja fundamental, a efetiva utilização desses recursos pelas pessoas e os efeitos na saúde e bem-estar depende também de outros fatores (capacidade das pessoas utilizarem esses recursos, por exemplo transportes e acesso a consultas, literacia em saúde e acesso a informação, ...).



4 Médicos
Por 1000 habitantes



2,8 Enfermeiros
Por 1000 habitantes

A rede de cuidados de saúde primários no Concelho inclui 2 Centros de Saúde, com 3 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e os respetivos polos; 7 Unidades de Saúde

Familiar (USF) e 2 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC), entre outras Unidades Funcionais e serviços, que se distribuem pelas principais localidades. O número de utentes inscritos tem vindo a aumentar e o de profissionais de saúde a diminuir, contabilizando-se um número significativo de utentes sem médico de família e uma UCSP sem qualquer médico de família (Pontinha-Urmeira). As 2 UCSP restantes (Odivelas e Caneças-Famões) apresentam também fortes carências nesta matéria.



65% dos utentes
da ULSLOD são de Odivelas



42 616 Utentes sem
médico de família
(28% dos utentes do Concelho)

O Hospital Beatriz Ângelo, apesar de localizado em Loures, integra a Unidade Local de Saúde de Loures Odivelas (ULSLOD) e, portanto, serve o Concelho. Localiza-se próximo do território concelhio e terá um acesso mais facilitado após a criação da linha violeta do metropolitano (que fará a ligação a este equipamento de saúde).

Entre os vários problemas de saúde destacam-se os diagnósticos relacionados com os hábitos nutricionais e estilos de vida da população. As questões relacionadas com o excesso de peso e a obesidade assumem uma grande relevância. Destaca-se, igualmente, pela maior relação com o Diagnóstico Social, os problemas de saúde no domínio da saúde mental, nomeadamente as perturbações depressivas e ansiedade e no domínio dos comportamentos aditivos. Estas problemáticas carecem de uma abordagem de atuação concertada, que extravasa as respostas no âmbito da saúde.

Diagnósticos associados ao estilo de vida



Excesso de Peso e
Obesidade
Respetivamente 19,1 % e 12%



Perturbações depressivas
e ansiedade
Respetivamente 10,3 % e 7,7%



Abuso do tabaco
9,3% dos diagnósticos



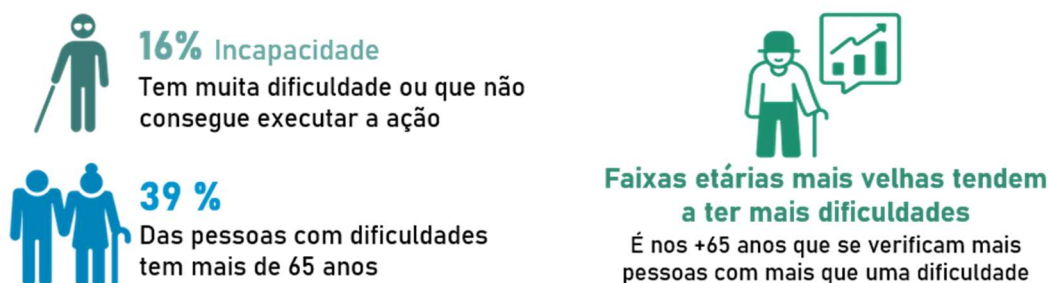
Abuso de álcool e de
drogas
Respetivamente 1,2 % e 0,5%

Importa avaliar o sucesso de iniciativas de saúde preventiva, informação e literacia para a saúde, sensibilização para adoção de comportamentos e hábitos saudáveis, ajustando-as ou dando-lhes continuidade, de modo a promover a saúde e o bem-estar da população.

2.6. GRUPOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

As pessoas com pelo menos uma dificuldade representam 39% da população residente no concelho de Odivelas. As dificuldades de locomoção são as mais frequentes, o que reforça a pertinência dos investimentos na acessibilidade universal, seguindo-se as dificuldades relacionadas com a visão e com a memória ou concentração. As dificuldades da população estão fortemente relacionadas com a idade, sendo o envelhecimento da população um fator determinante, embora não exclusivo, para o aumento das pessoas com dificuldades.

Aumento da população com dificuldades



Em 2023, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) sinalizou 1 071 crianças e jovens em perigo, sendo as situações mais frequentes a violência doméstica, exposição a comportamentos prejudiciais ao bem-estar da criança, falta de intervenção dos pais e negligência. Entre os perigos comunicados, também se destacaram casos de maus-tratos físicos, abuso de substâncias e a chegada de crianças de zonas de conflito. Relembre-se que, em 2023, existiam 12 681 pessoas que eram titulares do Abono de Família, beneficiando 19 257 crianças e jovens, refletindo um crescimento das situações de carência financeira das famílias.



Embora a taxa de criminalidade tenha vindo a diminuir em Odivelas e o rácio de crimes ser inferior à média da região onde se insere, existe uma significativa perceção de insegurança entre os habitantes (25,4%). Este contraste entre a diminuição da criminalidade e a perceção de insegurança sugere a necessidade de reforçar medidas de proximidade e sensibilização, como o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade e o Programa Escola Segura, de forma a aumentar a perceção de segurança da população.



Redução da taxa de criminalidade

Menor taxa de criminalidade dos concelhos da Grande Lisboa



56% Crimes contra património 27% Crimes contra pessoas

→ 29 % destes eram crimes de violência doméstica

Embora os números de violência doméstica em Odivelas sejam preocupantes, os rácios por habitante são também inferiores aos de outros concelhos da Grande Lisboa, como Amadora, Sintra e Lisboa. A maioria das vítimas atendidas pelo Gabinete de Apoio à Vítima (GAVO) é do sexo feminino e enfrenta barreiras significativas para sair de situações abusivas, como a dependência financeira e o medo de represálias. Entre os crimes de violência doméstica cometidos em Odivelas, entre 2019 e 2023, 3% são crimes de violência doméstica contra menores.



Apoio a 390 vítimas de violência doméstica

(acompanhamento 60 processos já existentes)

303 novos processos de apoio



Maioritariamente vítimas do sexo feminino e com idades entre 25 e 54 anos

Embora o número de pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) tenha oscilado ao longo dos anos, verificou-se um aumento geral desta problemática, passando de 31 pessoas, em 2018, para 80 pessoas em acompanhamento no Concelho, em 2023. Partes destas situações está associada a redes de tráfico humano. Além das dificuldades financeiras graves, a adição e os problemas de saúde mental são os principais fatores responsáveis por estas situações, com a adição a representar 42% dos casos acompanhados, em 2022.



80 Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Por vezes associadas a redes de tráfico humano envolvendo populações estrangeiras



Adições e problemas de Saúde mental

São parte das causas da condição de sem-abrigo

A desigualdade de género em Odivelas, e em geral, continua a ser um desafio significativo, manifestando-se em disparidades salariais, na menor representação das mulheres no mercado de trabalho e dificuldades acrescidas na conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades familiares.



Disparidade salarial entre sexos (%)

Remuneração base média das mulheres é 6,9% inferior à dos homens



Maior dificuldade na conciliação com vida pessoal, familiar e profissional

A rigidez dos horários dos equipamentos sociais, especialmente penalizadora nas famílias monoparentais, reflete a inadequação da organização social atual face às mudanças demográficas e familiares. Para além disso, e embora a taxa de mulheres empregadoras em Odivelas seja de 30,2%, superior à média nacional, continua a ser inferior à da AML.

A situação dos migrantes em Odivelas revela uma complexa teia de problemas interligados, desde a precariedade habitacional e laboral até ao preconceito e exploração. Algumas destas vulnerabilidades fazem-se sentir nos ambientes escolar e de trabalho. Embora tenham reduzida expressão no Concelho, as comunidades ciganas, com as especificidades que lhe estão associadas, partilham estas problemáticas com a população estrangeira.



Nas Escolas

Preconceito, discriminação e exclusão social entre crianças e jovens



Mercado de Trabalho

Discriminação e trabalho precário e ilegal

3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

De uma forma geral, deteta-se uma distribuição de equipamentos e respostas sociais pelas várias freguesias, embora a UF da Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto possua um menor nível de respostas sociais, sendo estas, sobretudo, asseguradas pelo setor privado solidário.

Na infância e juventude, os estabelecimentos de educação pré-escolar são a resposta mais comum e disseminada pelo território, existindo maior pressão na rede pública e solidária. As creches são igualmente uma resposta de proximidade e, portanto, frequente e dispersa pelo território. Neste caso, a oferta é maioritariamente assegurada pelo setor privado lucrativo, estando este, em larga medida, concentrado na freguesia de Odivelas. No entanto, a rede solidária está presente em todas as freguesias. As taxas de ocupação das creches são muito elevadas, em particular entre o setor solidário. A Creche Feliz reforçou a oferta solidária e potencia a ocupação de vagas no setor privado lucrativo, mas chega a um número reduzido de crianças (157 crianças). A oferta e taxa de utilização dos Centro de Atividades de Tempos Livres são reduzidas e a Creche Familiar é uma reposta ainda com pouca expressão (apenas um equipamento). O Concelho não dispõe das respostas de Intervenção Precoce na Infância (IPI), devendo ser avaliada a necessidade da sua existência.

De acordo com a Carta Social, as Crianças e Jovens em Situação de Perigo possuem 6 respostas sociais distintas, em várias freguesias, proporcionadas por entidades do setor privado social. Este grupo alvo não dispõe de resposta de Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens.

Foi possível identificar dois equipamentos com várias respostas sociais dirigidas para pessoas com deficiência, um em Famões (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Lar Residencial, e Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)) e outro em Odivelas (Lar Residencial e RAI), assim como um segundo CACI na Póvoa de Santo Adrião. Estas respostas sociais operam tendencialmente em plena capacidade e possuem listas de espera. Existe ainda uma Equipa de IPI para as crianças e jovens com deficiência. As demais respostas (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência, assim como o Lar de Apoio para Crianças e Jovens) são inexistentes. A informação relativa ao transporte de crianças e jovens ou de adultos com deficiência carece de confirmação.

As respostas sociais para pessoas idosas estão presentes na maioria das freguesias. Em muitos casos, em particular entre o setor solidário, encontram-se em plena ocupação. O Concelho não dispõe de Centro de Noite e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas. As entidades identificaram dificuldades relacionadas com a reduzida capacidade económica dos utentes, isolamento dos idosos (que frequentemente possuem uma rede de suporte muito limitada), e dificuldade em recrutar e reter pessoal qualificado para lidar com a elevada dependência dos utentes.

A Carta Social identificou duas respostas sociais dirigidas às PSSA, sendo, contudo, também de destacar a atuação, desenvolvida em parceria, no âmbito do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) e do Projeto PIO. Relembre-se que este é um grupo de pessoas em situação crítica de vulnerabilidade, cuja expressão tem vindo a aumentar no Concelho.

As respostas mais comuns para a família e comunidade em geral são o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, Refeitório/Cantina Social e Ajuda Alimentar, que possuem uma capacidade considerável, mas uma procura ainda superior, refletindo o contexto geral de dificuldades financeiras de muitas famílias. Identificou-se também a existência um Centro Comunitário, com lotação superior à sua capacidade. As restantes respostas, mais específicas, são inexistentes.

Não existem respostas sociais identificadas na Carta Social ou por via do questionário, dirigidas para pessoas em situação de dependência. As respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, para pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências, e para vítimas de violência doméstica são limitadas.

Além das respostas formais que integram a Carta Social, identificaram-se respostas complementares (iniciativas e projetos de âmbito social) para crianças e jovens, crianças e jovens em situação de perigo, pessoas idosas, pessoas adultas com deficiência, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, PSSA, família e comunidade em geral, pessoas com VIH/Sida, e pessoas vítimas de violência doméstica.

4. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

No Concelho, os problemas associados à habitação são apontados como uma preocupação central, com crescente evidência e transversalidade à população e ao território. O desfasamento de preços no acesso à habitação e de rendimentos da população, as condições desadequadas de habitabilidade das pessoas e famílias, assim como o crescente peso da informalidade do mercado de arrendamento são questões recorrentemente apontadas.

A insuficiência de equipamentos e respostas sociais assume igualmente uma forte relevância e transversalidade ao território. Esta escassez é indicada tanto para os serviços com maior procura (apoio à primeira infância e idosos), como na resposta a diversos grupos especialmente vulneráveis (pessoas com deficiência ou com incapacidade, a pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, PSSA, vítimas de violência doméstica).

Os idosos constituem um grupo percecionado como enfrentando dificuldades acrescidas. Às já mencionadas preocupações com a falta de respostas sociais que lhe são dirigidas, associam-se problemáticas de isolamento social, reduzidos níveis de rendimento e dificuldades de acessibilidade, que têm repercussões no seu bem-estar e na capacidade de acesso a bens e serviços essenciais.

Um segundo grupo destacado pelas suas dificuldades acrescidas são os migrantes, cuja plena integração é percecionada com um dos maiores problemas no Concelho. As carências económicas e problemas de estabilidade laboral, acesso à habitação, saúde e apoios sociais, combinam-se com dificuldades no processo de regularização e falta de domínio da língua portuguesa. As crianças estrangeiras, em particular de países não lusófonos, enfrentam também dificuldades acrescidas na sua integração escolar (que tem paralelo nos desafios acrescidos que a diversidade linguística e cultural coloca à comunidade educativa).

O acesso aos cuidados primários de saúde e a cuidados hospitalares, mas também a saúde preventiva e a saúde mental, emergem igualmente no Concelho e em cada uma das freguesias, como problemáticas sociais muito relevantes.

Os baixos rendimentos e um poder de compra inferior à média regional são condições de base, que podem comprometer a capacidade de acesso da população a bens e serviços essenciais, mas também o desenvolvimento social local. Estas questões reforçam a pertinência de contrariar as fragilidades apontadas ao nível da precaridade laboral, desemprego e dependência de apoios sociais. Detetam-se algumas fragilidades no domínio da educação e formação, quer em termos da necessária articulação com o mercado de trabalho, capacitação da população ativa, inovação nas ofertas e respostas educativas e formativas, quer na necessidade de contrariar tendências de absentismo e abandono escolar e de motivar os estudantes.

A abrangência e complexidade das problemáticas aponta a necessidade de adotar abordagens integradas e respostas combinadas às vulnerabilidades detetadas nos domínios da habitação, da saúde e bem-estar físico e emocional, mas também na emergência de comunidades mais dinâmicas e ativas e na garantia de padrões de elevada qualidade de vida para todos.

Complementarmente, há uma diversidade de grupos vulneráveis específicos, com situações graves de carência multidimensional, aos quais importa garantir respostas estruturais e complementares. Entre estes, destacam-se as pessoas com deficiência e/ou com incapacidade, as PSSA, as vítimas de violência doméstica, as crianças e jovens em risco e/ou perigo, e as comunidades migrantes.



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL

